



OF.806/2021/GAB/SMS-SL

Sete Lagoas, 12 agosto de 2021.

**Assunto: Solicita dilação de prazo para resposta ao Ofício nº 13006/2021 – SEC/1ª Câmara-
Processo 1088883**

Ilma. Senhora,

Em atendimento aos termos do ofício supracitado, vimos respeitosamente à presença de Vossa Senhoria informar que recepcionamos vosso ofício através do Ofício CGM 174/2021, cópia anexa, e que estamos providenciando as respostas necessárias, visando o atendimento do mesmo no menor espaço de tempo possível.

Todavia, considerando que, o nosso arquivo é manual e os documentos solicitados demanda atuação de mais de um setor, solicitamos a dilação de prazo de resposta do ofício em referência em mais 15 dias, a partir do recebimento deste.

Certos da valiosa compreensão, antecipamos nossos protestos de estima e consideração e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Dr. Flávio Pimenta Silveira
Secretário Municipal de Saúde
e Gestor do SUS/Sete Lagoas/MG

Ilma. Senhora
Maria Valéria Menezes de Oliveira
Diretora
Secretaria da primeira Câmara



**SETE
LAGOAS**
PREFEITURA

URGENTE

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Praça Barão do Rio Branco, 16, 1º andar | Centro | Sete Lagoas/MG | CEP 35700-029
Telefone: (31) 3779-7561 / (31) 3697-3012

OFÍCIO CGM 174/2021

Sete Lagoas/MG, 29 de julho de 2021.

Ilmo. Sr.

Flávio Pimenta Silveira

Secretário Municipal de Saúde

C/c

Exmo. Sr.

Duílio de Castro Faria

Prefeito Municipal

DP
RECEBIDO EM 29/7/21
HORA: 11:30
POR: *thais*

Assunto: Ofício n.º 13006/2021 – SEC/1º Câmara

Ilmo. Senhor,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos, por intermédio deste expediente, encaminhar o ofício acima referenciado, através do qual o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais requisita, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento do ofício, a apresentação das folhas de ponto do servidor Vitor Alexander de Souza, ou documento idôneo que legitimamente substituam as referidas folhas de ponto, partir de 03/11/2004.

Destarte, haja vista o referido servidor ser integrante do quadro de pessoal desta Secretaria, remetemos o expediente para que V.Sa. preste as informações necessárias diretamente ao Tribunal de Contas.

Solicitamos, por fim, que encaminhe cópia da respectiva resposta à Controladoria Geral do Município.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Duilliam Nascimento Santos
Controlador Geral do Município


Luciana de Fátima Ribeiro Batista
Gerente de Controle Interno



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria da Primeira Câmara

Ofício n. 13006/2021 - SEC/1ª Câmara

Belo Horizonte, 27 de julho de 2021.

Senhor Prefeito,

Comunico Vossa Excelência que o Conselheiro Substituto Licurgo Mourão, Relator do Processo autuado sob o n. 1088883 – Representação, determinou a vossa **intimação** para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente os documentos solicitados pelo Ministério Público de Contas (peça 26), nos termos do despacho disponibilizado em 23/07/2021, (peça 27), cópias anexas.

Informo-lhe que, o descumprimento da diligência poderá ensejar aplicação de multa, nos termos do art. 85, III, da Lei Complementar Estadual 102/2008.

Nos termos da Portaria PRES. n. 46/2020, as defesas, atendimento a diligências, respostas a intimações e recursos, relativos a processos físicos e eletrônicos, deverão ser encaminhados pelo sistema e-TCE, disponível no portal do Tribunal. Caso V. Exa. não possua dispositivo de assinatura eletrônica (token), deverá encaminhar o documento por meio do e-mail protocolo@tce.mg.gov.br. Em ambas situações, fica dispensado o envio dos originais.

Solicito-lhe que, ao enviar a documentação, V. Exa. informe os números deste ofício e do processo.

Respeitosamente,

Maria Valéria Menezes de Oliveira
Diretora
Secretaria da Primeira Câmara
(assinado digitalmente)

Exmo. Sr.
Duílio de Castro Faria
Prefeito do Município de Sete Lagoas
essp

COMUNICADO IMPORTANTE

As **intimações** referentes a este processo serão realizadas por meio de publicação no Diário Oficial de Contas, **salvo disposição expressa do Relator**, nos termos do disposto no art. 166, §3º da Res. 12/2008 e art. 26, §2º da Res. 10/2010.

Acesse: doc.tce.mg.gov.br

Cadastre-se no sistema PUSH e acompanhe seu processo – www.tce.mg.gov.br

Secretaria da 1ª Câmara – Av. Raia Gabaglia 1315 – Luxemburgo – 30380-435 – BH/MG – (31)33482111

PROCESSO: 1088883

NATUREZA: Representação

REPRESENTANTE: Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais

REPRESENTADO: Vitor Alexander de Souza

À Secretaria da 1ª Câmara.

Determino a **intimação** do Sr. Duílio de Castro Faria, Prefeito Municipal de Sete Lagoas, da Sra. Ilce Rocha, Prefeita Municipal de Vespasiano, do Sr. Marcelo Nonato, Prefeito Municipal de Esmeraldas e do Sr. Moacir Martins da Costa Junior, Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, nos termos regimentais, para que, no **prazo de 15 (quinze) dias**, apresentem os documentos solicitados pelo Ministério Público de Contas (peça n. 26 do SGAP, cód. 2481568).

Cientifique-lhes que a documentação deve ser protocolizada exclusivamente via e-TCE, nos termos do art. 3º da Portaria n. 46/Pres./2020¹ c/c art. 3º da Resolução n. 16/2017² e que o descumprimento da ordem constante no despacho poderá ensejar aplicação da pena de multa prevista no art. 85, III, da Lei Complementar Estadual n. 102/2008³.

Em sequência, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão para elaboração de **análise técnica**, com fundamento no art. 140, § 1º, da Resolução n. 12/2008⁴ c/c art. 46 da Resolução Delegada n. 3/2021⁵.

Remeta-se o processo em ato subsequente, ao Ministério Público de Contas para **manifestação preliminar**, conforme disposto no art. 61, § 3º, da Resolução n. 12/2008.

Belo Horizonte, 22 de julho de 2021.

Licurgo Mourão
Relator

¹ MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. *Portaria n. 46/2020*. Presidência. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio da Covid-19, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Publicação no *DOC* de 16/7/2020.

² MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. *Resolução n. 16/2017*. Pleno. Institui o e-TCE e dispõe sobre o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Publicação no *DOC* de 4/12/2017.

³ MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. *Lei Complementar n. 102/2008*. Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências. Publicação no *Minas Gerais* de 18/1/2008.

⁴ MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. *Resolução n. 12/2008*. Pleno. Dispõe sobre o regimento interno. Publicação no *Minas Gerais* de 19/12/2008.

⁵ MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. *Resolução Delegada n. 3/2021*. Presidência. Dispõe sobre a estrutura organizacional e as competências das unidades dos Serviços Auxiliares e da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Publicação no *DOC* de 17/6/2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete da Procuradora Maria Cecília Borges

Ref.: Representação n. 1.088.883

Excelentíssimo Senhor Relator Conselheiro Substituto Licurgo Mourão,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por meio de sua Procuradora signatária, vem, respeitosamente, perante V. Exa., com fundamento no artigo 32, I, da Lei Complementar estadual n. 102/2008 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Minas Gerais –, manifestar na representação em epígrafe e requerer o que se segue.

Versam os autos acerca da representação interposta pelo Ministério Público de Contas de Minas Gerais, acerca de acumulação ilegal de cinco vínculos funcionais pelo servidor Vitor Alexander de Souza, CPF n. 509.341.716-53, dois com o Município de Ribeirão das Neves, um com o Município de Sete Lagoas, um com o Município de Vespasiano e um com o Hospital Municipal 25 de Maio de Esmeraldas, totalizando 100 (cem) horas semanais e remuneração mensal de R\$ 35.080,08 (trinta e cinco mil e oitenta reais e oito centavos) (cod. arquivos: 2105845, 2105846, 2105848, 2105870, 2105871 e 2105872, peças n. 1/6).

A unidade técnica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais apresentou estudo inicial (cód. arquivo: 2291426, n. peça: 11).

Por determinação do relator (cód. arquivo: 2306377, n. peça: 13), os atuais gestores das Prefeituras de Vespasiano e de Esmeraldas foram intimados e apresentaram documentos.

A unidade técnica deste Tribunal apresentou novo estudo (cód. arquivo: 2438919, n. peça: 22).

Após isso, vieram os autos ao Ministério Público de Contas.

É o relatório. Passo a me manifestar.

Em seu estudo (cód. arquivo: 2438919, n. peça: 22), a unidade técnica concluiu o seguinte:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete da Procuradora Maria Cecília Borges

3.1 À vista de todo exposto, conclui-se que o agente público Vitor Alexander de Souza, CPF n.º 509.341.716-53 regularizou sua situação funcional de acúmulo de cargos em agosto de 2018, e que ficou comprovado à acumulação ilícita no período de 2004 a 2018, violando preceitos constitucionais e legais, contrariando art. 37, inciso XVI, prevista na alínea "c", da CF/88.

3.2 Nos parâmetros delineados no Acórdão prolatado na Representação n. 1092213 de relatoria do Conselheiro Sebastião Helvécio, que os Prefeitos e gestor dos Municípios de Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Vespasiano e Esmeraldas, sejam notificados do seguinte teor:

- Insturem, no âmbito de cada município e entidade, processo administrativo próprio para verificar se, entre a data de nomeação a Agosto de 2018, se o servidor em comento prestou os serviços públicos para os quais foi admitido/contratado, devendo, caso comprovada a não execução de suas funções na totalidade da jornada pactuada, adotarem as medidas indispensáveis ao ressarcimento dos cofres públicos, comunicando ao Tribunal os resultados obtidos, bem como a recomposição do erário, se apurado o dano;
- Identificado o dano e esgotadas as medidas administrativas internas para ressarcimento ao erário, a instauração de Tomada de Contas Especial, sob pena de responsabilidade solidária, segundo o disposto no art. 245 do Regimento Interno, considerando a hipótese prevista no art. 47, IV, da Lei Complementar n. 102/2008;
- Na hipótese de haver dano, o encaminhamento da Tomada de Contas Especial ao Tribunal para julgamento, observado o valor de alçada previsto no art. 1º da Decisão Normativa n. 1/2020 do TCEMG, e, caso não alcançada a quantia fixada, ou se houver, no decorrer da Tomada de Contas Especial, o devido ressarcimento ao erário junto ao órgão ou entidade instauradora, o fato deverá constar do relatório do órgão de controle interno que acompanha a respectiva tomada ou a prestação de contas anual da autoridade administrativa competente, conforme o disposto no art. 248 da norma regimental deste Tribunal c/c a IN n. 3/2013;
- Caso o município ou entidade já tenha instaurado procedimento com o objetivo de verificar se a jornada de trabalho convencionada com o servidor foi efetivamente cumprida, o encaminhamento ao Tribunal dos resultados obtidos. Se apurado dano ao erário e não ressarcido, o órgão deverá proceder à instauração da Tomada de Contas Especial nos termos das determinações mencionadas no item anterior;
- Advertência de que o descumprimento das determinações desse Tribunal, relacionadas acima, poderá ensejar a aplicação de multa individual diária, com base no art. 85, III, da Lei Complementar n. 102, de 2008;
- Sejam intimados os atuais responsáveis pelas Prefeituras dos municípios e órgão supracitados, bem como do servidor, por DOC e meio eletrônico, e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, na forma regimental;
- Seja determinado o monitoramento do cumprimento das determinações do relator, por parte da Unidade Técnica competente, nos termos do art. 291, II, da Resolução n. 12/2008.

Contudo, entende esta Procuradora que a presente representação ainda não se encontra devidamente instruída. Dessa forma, para melhor instrução do caso no que tange à compatibilidade de horários e às horas efetivamente trabalhadas pelo servidor, torna-se necessária a realização de ulteriores diligências, para que sejam enviadas, pelos entes públicos jurisdicionados, as folhas de ponto do servidor representado, ou documento idôneo que legitimamente as substituam, a partir dos períodos abaixo mencionados.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete da Procuradora Maria Cecília Borges

No que diz respeito às Prefeituras Municipais de Sete Lagoas, Esmeraldas e Vespasiano, os documentos deverão se relacionar ao período a partir de 03/11/2004; quanto à Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves a partir de 05/07/2010.

Por sua vez, relembre-se, dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, LIV, que “ninguém será privado de sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Estabelece ainda que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” (inc. LV).

Assim, em homenagem às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, este Tribunal de Contas deve franquear ao servidor Vitor Alexander de Souza a oportunidade de oferecer defesa quanto às irregularidades objeto do presente feito.

Em face do exposto, o Ministério Público de Contas **REQUER**:

1. Sejam realizadas diligências, para que sejam intimados os entes públicos abaixo relacionados, para que apresentem a este órgão de controle externo, em prazo razoável a ser fixado, as folhas de ponto do servidor Vitor Alexander de Souza, ou documento idôneo que legitimamente substituam referidas folhas de ponto do servidor, nos períodos descritos:

1.1 quanto às Prefeituras Municipais de Sete Lagoas, Esmeraldas e Vespasiano, do período a partir de 03/11/2004;

1.2 quanto à Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, do período a partir de 05/07/2010;

2. Após o cumprimento do item 1, em homenagem às garantias do contraditório e da ampla defesa, a citação do servidor Vitor Alexander de Souza para, caso queira, apresente defesa.

3. Cumpridos os itens acima, sequencialmente, **REQUER** sejam os autos remetidos à unidade técnica para novo estudo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Maria Cecília Borges

Alternativamente, o Ministério Público de Contas **REQUER** ser intimado pessoalmente da decisão interlocutória que eventualmente indefira, no todo ou em parte, os requerimentos acima formulados.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2021.

(Documento assinado digitalmente – arquivo digital disponível no SGAP)

Maria Cecília Borges

Procuradora do Ministério Público / TCE-MG